

política

Com veto derrubado, taxa de licenciamento é extinta

Digitalização do documento foi principal argumento dos deputados

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalier

bolivarc@jcrs.com.br

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul extinguiu ontem a Taxa de Licenciamento de Veículos no Estado, a partir da derrubada do veto do governador Eduardo Leite (PSD) ao projeto de lei que encerrava esta cobrança. A matéria, de autoria do deputado Rodrigo Lorenzoni (PP), foi aprovada por unanimidade no Parlamento em junho, e depois rejeitada pelo chefe do Executivo. Agora, os parlamentares aprovaram a extinção e novamente de forma unânime, com 38 votos pela derrubada do veto.

Desde 2020 a emissão do documento, de nome Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), é 100% digital, e não mais impressa em papel moeda. Antes da aprovação da extinção, o custo para regularizar os automóveis estava em R\$ 114,09.

A digitalização do documento é o principal argumento dos parlamentares que votaram a favor da derrubada do veto do governador. “Em 1985, (o ex-governador) Jair Soares criou esta taxa, quando o documento era adquirido em papel moeda, impresso, envelopado e dispensado pelos Correios para a casa das pessoas. Quando o documento foi digitalizado, o fato que originou a taxa acabou. Ou seja, deixou de existir a necessidade desta cobrança”, sustentou Lorenzoni.

Conforme o deputado, a isenção da cobrança na emissão do CRLV passa a vigorar a partir de 2027. Eduardo Leite justificou seu



Plenário registrou, de forma unânime, 38 votos contra indicação do Piratini

veto ao projeto com o argumento de que a extinção da cobrança retiraria R\$ 750 milhões dos cofres públicos ao ano, e a falta destes recursos poderia prejudicar os serviços do Detran e comprometer investimentos em segurança pública no Estado.

Nesta terça, durante agenda no Theatro São Pedro e antes da extinção da taxa na Assembleia, o governador voltou a pedir que os parlamentares não derrubassem o seu veto. “Falam sobre a questão da taxa do licenciamento ter que ser dispensada porque ela é feita agora digitalmente, mas ainda existem custos para a emissão, em todo o funcionamento do Detran. E boa parte deste recurso vai para o Fundo Estadual da Segurança Pública”, disse Leite.

O chefe do Executivo ainda afirmou que esta sua posição não envolve interesses políticos pessoais seus, e que, se ele “fosse irresponsável”, teria sancionado a matéria. “Enquanto alguns que-

rem posar de bonzinhos, que vão extinguir uma taxa que é cobrada dos gaúchos, eu estou aqui pagando o preço de ser responsável com o futuro do Estado, quando eu poderia muito bem lavar as minhas mãos, deixar correr isso. Não sou eu como governador que vou ter que lidar com a falta deste recurso, mas como eu sou responsável com o futuro do nosso Estado, eu insisto: não dá para abrir mão disso”, disse o governador, que ainda completou chamando a medida de “eleitoreira”.

Apesar do apelo do governador, até os deputados de sua base aliada - do MDB e do PSD - votaram pela derrubada do veto.

Conforme dados do Portal da Transparência, em 2025 os serviços relativos à expedição de CRLV geraram receita de R\$ 710 milhões ao governo gaúcho. Já em 2026 foram injetados, até agora, cerca de R\$ 295 milhões aos cofres do Estado, e o valor orçado para este ano é de R\$ 775 milhões.

STF cria adicional de até 22,5% a cargos de confiança

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O Supremo Tribunal Federal (STF) criou na segunda-feira um penduricalho para servidores em cargos de confiança na corte. O adicional poderá aumentar o salário de assessores e chefes de gabinete de ministros em até 22,5%.

O benefício é denominado Gratificação pelo Exercício de Atividades de Alta Complexidade, Técnica e Administrativa, sob a sigla de Gaacta, e já existe em ou-

tros tribunais superiores.

A remuneração dos servidores pode ser dividida em duas: a remuneratória, que está sujeita ao teto constitucional (de R\$ 46,4 mil), e a indenizatória, que pode ultrapassar esse limite, sem incidência de Imposto de Renda e descontos previdenciários.

A verba aprovada nesta segunda está enquadrada como remuneratória para fins de incidência do teto (ou seja, não pode ultrapassar o limite), mas, por outro lado, está livre de IR

e descontos.

Em maio, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia implementado o penduricalho, com um percentual máximo de 15% para funcionários comissionados da corte que exercem atividades consideradas de “alta complexidade”.

Em nota, o Supremo Tribunal Federal afirma que a regulamentação foi precedida de avaliação técnica e orçamentária e segue modelo adotado por outros tribunais e conselhos superiores.

Os 65 anos da Legalidade marcam lançamento de biografia de Brizola

/ MEMÓRIA

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

Há 65 anos, o Rio Grande do Sul se tornou protagonista de uma mobilização que entrou para a história política do Brasil. Em 25 de agosto de 1961, o então governador Leonel Brizola liderou, dos porões do Palácio Piratini, a Campanha da Legalidade. O movimento defendia, diante da resistência das Forças Armadas, a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

A trajetória de Brizola e sua atuação são o ponto de partida da biografia “Brizola Vol. 1: Lobisomem contra o Império”, da escritora mineira Karla Monteiro. O primeiro volume abrange o período entre 1923 e 1979, destacando a sua trajetória desde a infância e a vida estudantil, até a ascensão política com os mandatos de deputado, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul. O livro, lançado ontem na capital gaúcha, relembra a sua liderança na Legalidade e encerra narrando o retorno do exílio em 1979.

Jornal do Comércio - Como surgiu o interesse sobre a história de Leonel Brizola?

Karla Monteiro - A Companhia (das Letras) tem uma tradição de biografias completas, com uma pesquisa longa. Fiz uma biografia do Samuel Wainer, que era um jornalista, dono do jornal Última Hora, e aí eu fiquei pensando em qual personagem eu faria depois, queria um personagem que tivesse uma coincidência histórica com o Samuel Wainer, porque eu tinha estudado muito a Era Vargas, tinha estudado muito os governos do JK (Juscelino Kubitschek) e do João Goulart, e o golpe de 64, para fazer a biografia do Wainer, que era o dono desse jornal trabalhista, a Última Hora, que era muito ligado ao Getúlio. Comecei a pesquisar Darcy Ribeiro porque sou mineira, e aí cheguei no Brizola. Através do Darcy Ribeiro, comecei a entender um pouco a história do Brizola e me apaixonei. A proposta do livro é me aprofundar na vida do Brizola, não tem uma biografia grande sobre o Brizola, tem livros biográficos que cobrem períodos da vida dele, mas não tinha ainda uma coisa de fôlego que fosse atrás da vida do Brizola.

JC - O lançamento em Porto Alegre coincidiu com o dia em que a Legalidade completa 65 anos. A data foi proposital?

Karla - Foi proposital sim. Esco-

lhi porque eu acho um momento lindo da história brasileira e que é pouco falado fora de Porto Alegre, sabe? A Campanha da Legalidade é um momento único na história do Brasil. Foi a única vez que o movimento civil armado derrotou um golpe militar. Acho que é tudo muito bonito, aquela união do RS em torno da legalidade, em torno do Jango. Brizola naquele comando nas rádios, os discursos. Tudo é muito épico e muito marcante na história do Brizola. E é quando o Brizola se nacionaliza. Foi em 1961, com a Campanha da Legalidade, ele deixa de ser um político gaúcho para ser um político nacional. Então foi proposital sim. Eu queria estar aqui (em Porto Alegre) nesse dia e fazer essa homenagem a ele.

JC - Nos seis anos de estudos e produção do livro que pessoas foram importantes e orientaram o processo de pesquisa?

Karla - Devo ter entrevistado cerca de 80 a 100 pessoas. Aqui no RS, eu falaria de três pessoas especiais, jornalistas. Dois deles já faleceram. Em primeiro lugar, o Kadão, que é o fotógrafo Ricardo Chaves. Ele acabou de falecer, era filho do Hamilton Chaves, que foi secretário de imprensa do Brizola no governo do RS. Foi um cara muito importante, que me recebeu aqui em Porto Alegre, que me apresentou para as pessoas, foi extremamente generoso. O outro é o Carlos Bastos, que também acabou de falecer, infelizmente. É um jornalista aqui de Porto Alegre, que trabalhou em vários veículos, como Última Hora, Clarim, um jornal que o Brizola teve aqui em Porto Alegre. E, em terceiro lugar, o Flávio Tavares, que também é um jornalista importante daqui, que também foi ligado ao Brizola, que cobriu o governo do Brizola, a Legalidade de dentro, escreveu um livro maravilhoso que se chama 1961.



Autora Karla Monteiro revisita trajetória do líder do movimento